

TRE aprova zonas eleitorais do DF ^{elei}_{cao}

Em sessão extraordinária realizada na tarde de ontem, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) decidiu que as zonas eleitorais do DF serão equiparadas a municípios, para efeitos de organização partidária. Com isso, os partidos que já nomearam suas executivas regionais provisórias podem agora constituir suas comissões municipais nas oito zonas eleitorais existentes (Asa Sul, Asa Norte, Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e Ceilândia).

O TRE decidiu também não proceder a um novo zoneamento do DF, conforme sugestão apresentada pelos partidos políticos (que querem a ampliação do número das zonas eleitorais, das oito atuais para onze), pelo menos por enquanto, tendo em vista as dificuldades de ordem material e administrativa que a medida implicaria. Da mesma forma, o TRE resolveu encaminhar consulta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para esclarecer se os partidos políticos mais novos, habilitados apenas para concorrer às eleições municipais deste ano, podem constituir suas comissões diretoras regionais provisórias no DF.

O relator do processo foi o desembargador Antonio Mello Martins. De acordo com Munir Arbage, assessor do TRE, o dia de ontem foi uma das poucas vezes que o Tribunal convocou uma reunião extraordinária, o que demonstra o interesse da instituição em atender os partidos políticos com a urgência necessária.

AUTONOMIA

Ontem, a partir das 19h30min, os integrantes do Comitê JK-Tancredo, uma das facções em que subdivide o PMDB-DF,

reuniram-se com o senador Alcides Saldanha (PMDB-RS), relator no Congresso das emendas que tratam da ampliação da representação política para o DF, promovendo um amplo debate sobre a questão.

De acordo com Ricardo Pires, vice-presidente do diretório do PMDB-DF no Plano Piloto, as emendas em questão foram apresentadas pelos parlamentares Paulo Xavier (PFL-PB), Mário Maia (PMDB-AC) e Dásio Coimbra (PMDB-RJ). E a posição do Comitê JK-Tancredo, manifestada ao senador Saldanha, foi pela decretação de eleições diretas em todos os níveis (prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores e governador).

Não sendo possível essa representação ampla, o Comitê quer duas medidas básicas, ainda para as eleições de 86: aumento do número de deputados para o DF, de forma proporcional à população (passando dos oito atuais para 12 ou 13), e criação de uma Casa Legislativa local, fórum adequado para discutir as questões de interesse mais imediato da população.

Também ontem, no período da manhã, o senador Alcides Saldanha foi visitado por uma comissão do PT-DF, que apresentou ao relator as preocupações do partido com a ampliação da representação política para o DF. De acordo com o professor Luís Rossi, presidente do PT-DF, o importante é que a população seja ouvida a respeito, inclusive promovendo-se uma ampla discussão a respeito desse importante assunto, para assegurar "uma autonomia política de fato e de direito", sem as distorções apresentadas por algumas emendas "eleitoreiras e populistas".